

# INTRODUÇÃO

Fase mais agitada e conturbada da história do Brasil, o período regencial (1831-1840) é tradicionalmente visto sob uma ótica negativa, que o representa como uma época anárquica e anômala, como um empecilho à formação ou preservação da nação brasileira. Obras, sobretudo, de historiadores e políticos *conservadores* do Segundo Reinado deram início à construção desta imagem, presente em autores que posteriormente marcaram a historiografia sobre a Regência, como Justiniano José da Rocha, visconde do Uruguai, Pereira da Silva, Moreira de Azevedo e Joaquim Nabuco<sup>1</sup>. Enfatizavam os problemas ligados ao *espírito democrático*, ao excesso de liberdade, à fraqueza do governo, à insuficiência das leis, à instabilidade das instituições, à descentralização política, ao radicalismo de *exaltados* e *caramurus*, à insubordinação das tropas, à participação da população, às revoltas sucessivas, à desordem generalizada, que colocariam em risco a integridade nacional; enfim, tudo aquilo que ia frontalmente de encontro à imagem de estabilidade, unidade e ordem que faziam do Império e que foi amplamente legada à posteridade.

Embora também houvesse – particularmente pelo lado *liberal* – quem na mesma época fizesse uma análise positiva das lutas do período (até a ascensão do *Regresso*)<sup>2</sup>, foi a visão anômica a que, com diferentes matizes, mais deixou marcas na historiografia. A começar com o notável conjunto de biografias dos *fundadores do Império* (Pedro I, José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Evaristo da Veiga e Diogo Feijó, acompanhadas do relato de alguns episódios e fatos curiosos da época), produzido por Octavio Tarquinio de Sousa entre as décadas de 1930 e 1950<sup>3</sup>. Não obstante a inegável riqueza e importância desta obra, aí também se encontra um indisfarçado olhar de reprovação em relação aos *exaltados*, aos *caramurus* e às suas respectivas propostas, aos movimentos de protesto e seus participantes, e a tudo que era tido como ameaça à ordem, ao governo e às instituições monárquicas, ao passo que é geralmente

---

<sup>1</sup> ROCHA, Justiniano José da, “Ação; reação; transação: duas palavras acêrca da atualidade política do Brasil”, in MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.), *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, pp. 176-199 (a 1ª edição é de 1855); URUGUAI, visconde do, “Ensaio sobre o direito administrativo”, in IDEM, *Visconde do Uruguai*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002, especialmente pp. 449-467 (1ª ed. - 1862); SILVA, Joaquim Manuel Pereira da, *Memórias do meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d., v. I; AZEVEDO, Moreira de, *Historia patria: o Brazil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884 (além de vários artigos do autor citados adiante); e NABUCO, Joaquim, *Um estadista do Império*. 2 vs. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (5ª ed.), v. 1, pp. 52-59 e 65-67 (1ª ed., em 3 vs., 1897-1899).

<sup>2</sup> Por exemplo, TIMANDRO (Francisco de Salles Torres Homem), “O libelo do povo”, in MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.), *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, pp. 75-92 (1ª ed. - 1849); OTTONI, Theophilo Benedicto, “Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Provincia de Minas-Geraes”, in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. LXXVIII - parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (2ª ed.), pp. 205-256 (1ª ed. - 1860); OTONI, Cristiano Benedito, *Autobiografia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, capítulo IV (1ª ed. - 1870); BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, *A provincia: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo: Nacional / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975 (3ª ed.), principalmente capítulo I da parte segunda (1ª ed. - 1870).

<sup>3</sup> SOUSA, Octavio Tarquinio de, *História dos fundadores do Império do Brasil*. 10 vs. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

elogiada a ação dos *moderados* (cujo discurso na imprensa e no Parlamento é muitas vezes reproduzido de maneira acrítica). Ainda hoje, é este o estudo mais amplo e a maior referência sobre o assunto, evidenciando a pouca atenção que a Regência tem merecido da parte dos historiadores. Tanto assim, que muito se deve também às obras pioneiras de Moreira de Azevedo – sobretudo as relativas às revoltas e associações –, publicadas nas décadas de 1870 e 1880, que assumem abertamente a defesa dos *moderados*<sup>4</sup>. Outro trabalho *clássico* (este bem mais recente), sempre citado, é o artigo de Paulo Pereira de Castro, que faz uma síntese do período – original mais pela proposta do que pelo conteúdo –, pouco avançando em relação a seus predecessores<sup>5</sup>.

A partir do final da década de 1970, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no Brasil, surgiram novas pesquisas que revigoraram os estudos sobre a Regência, abordando em profundidade objetos mais específicos e assim definindo algumas áreas temáticas<sup>6</sup>. Mas, como veremos adiante, ainda há muito que pesquisar, inclusive para se ir além de antigas obras importantes que permanecem como referências quase únicas em matérias fundamentais. Trato a seguir da produção existente sobre temas da época que estão diretamente ligados a este trabalho.

Embora seja um dos períodos mais ricos e de maior pluralidade do Império em termos de organizações e propostas políticas, é pequeno o volume de estudos sobre os grupos políticos e seus espaços de ação<sup>7</sup>. Para começar, não há nada a respeito da composição e atuação dessas facções no Parlamento. No que tange à imprensa, afora algumas clássicas visões panorâmicas e descritivas sobre a produção jornalística brasileira, úteis para primeiro contato com o assunto<sup>8</sup>,

---

<sup>4</sup> Além do livro citado na primeira nota, destacam-se os seguintes artigos, publicados na *Revista trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*: “Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831” (t. XXXIV - parte 2, 1871); “Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro” (t. XXXVI - parte 2, 1873); “Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro” (t. XXXVII - parte 2, 1874); “Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro” (t. XXXVII - parte 2, 1874); “Motim político de 17 de abril de 1832 no Rio de Janeiro” (t. XXXVIII - parte 2, 1875); “Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do imperador” (t. XXXIX - parte 2, 1876); e “Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do actual Reinado” (t. XLVIII - parte 2, 1885).

<sup>5</sup> CASTRO, Paulo Pereira de, “A ‘experiência republicana’, 1831-1840”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.), *História geral da civilização brasileira, t. II - o Brasil monárquico, 2º v. - dispersão e unidade*. São Paulo: Difel, 1985 (5ª ed.).

<sup>6</sup> Tais trabalhos possibilitaram novas sínteses, como as BETHELL, Leslie, e CARVALHO, José Murilo de, “Brasil (1822-1850)”, in BETHELL, Leslie (org.), *Historia de América Latina, v. 6 – América Latina independente, 1820-1870*. Barcelona: Crítica, s/d., pp. 331-348; FAZOLI FILHO, Arnaldo, *O período regencial*. São Paulo: Ática, 1994 (2ª ed.); e MOREL, Marco, *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>7</sup> A produção historiográfica mais significativa referente à história política do Império concentra-se, até o momento, na análise do aparelho de Estado imperial e da elite política a ele atrelada, particularmente durante o Segundo Reinado, com ênfase na ação dos *conservadores* ou nos traços patrimonialistas. Nesta perspectiva destacam-se, com enfoques diversos, os consagrados trabalhos de CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; IDEM, *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: I.U.P.E.R.J., 1988; MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1990 (2ª ed.); URICOECHA, Fernando, *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978; e, de recorte mais amplo, FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 vs. São Paulo: Globo, 1991 (9ª ed.), capítulos VII-XII.

<sup>8</sup> VIANNA, Helio, *Contribuição à história da Imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Ministério da Educação e Saúde - Instituto Nacional do Livro, 1945; SODRÉ, Nelson Werneck, *A*

restam substancialmente os trabalhos de Arnaldo Contier, dedicado à abordagem histórica e lingüística do vocabulário político e social da imprensa de São Paulo e suas matrizes ideológicas; de Vera Fürstenau, mais voltado para a seção de correspondência dos jornais da Corte, enquanto espaço de comunicação entre os leitores e destes com as autoridades; de Ivana Lima, articulando os projetos políticos veiculados pelos periódicos fluminenses com as construções de identidades étnicas e designações raciais relativas à noção de mestiçagem; e meus trabalhos, acerca do projeto e ação política dos *liberais exaltados* no Rio de Janeiro<sup>9</sup>. Ainda menos conhecidas são as inúmeras sociedades regenciais: além do citado artigo de Moreira de Azevedo, que se limita a fazer um inventário das associações, tratam do assunto apenas os trabalhos de Augustin Wernet, sobre as agremiações políticas de São Paulo (sobretudo a Sociedade Defensora); de Lucia Guimarães, dedicado à Defensora do Rio de Janeiro; um capítulo de Manuel Correia de Andrade, abordando a Sociedade Federal de Pernambuco; outro de minha autoria, relativo à Federal Fluminense; e, embora mais voltada para período posterior, a Dissertação de Werneck da Silva, sobre uma entidade de natureza não-política, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>10</sup>. Deve-se salientar também as obras de Alcir Lenharo, que chama atenção para as ligações do grupo de produtores e comerciantes do interior de Minas Gerais dedicado ao abastecimento da Corte com os *liberais moderados*; de Wlamir Silva, sobre a construção da hegemonia *moderada* em Minas Gerais; de Marco Morel, analisando primeiro a trajetória de Cipriano Barata e depois o processo de formação do espaço público moderno fluminense, nas duas primeiras décadas do Império; e de Gladys Ribeiro, que, ao tratar do antilusitanismo na Corte, durante o Primeiro Reinado e início da Regência, evidencia a intensa participação popular em meio às disputas políticas, no contexto de construção da *liberdade* e de formação da identidade nacional<sup>11</sup>.

---

*história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, capítulos I a IV; e FONSECA, Gondin da, *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941, principalmente capítulo III.

<sup>9</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya, *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes / Campinas: UNICAMP, 1979; FÜRSTENAU, Vera Maria, *Jornais e leitores: uma polêmica apaixonada na cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 1994, capítulo I; LIMA, Ivana Stolze, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, capítulo 1; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos, *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 2000, capítulos I a V; e IDEM, *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, capítulos I e II.

<sup>10</sup> WERNET, Augustin, *As sociedades políticas da província de São Paulo na primeira metade do período regencial*. Tese de Doutorado. 2 vs. São Paulo: F.F.L.C.H. - U.S.P., 1975; IDEM, *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 1990; ANDRADE, Manuel Correia de, *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974, capítulo V; BASILE, Marcello Otávio, *Ezequiel Corrêa dos Santos...*, ob. cit., último capítulo; e SILVA, José Luiz Werneck da, *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. Dissertação de Mestrado. 2 vs. Niterói: I.C.H.F. - U.F.F., 1979, em particular, para a época de fundação e da Regência, capítulos II do v. I (sobretudo pp. 60-92) e III do v. II (pp. 7-31).

<sup>11</sup> LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil –*

Por outro lado, as grandes revoltas provinciais – Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farroupinha, dos Cabanos e dos Malês – são o único tema desta fase a merecer maior número de estudos, embora boa parte sejam obras factuais ou apologéticas<sup>12</sup>. Ainda resta muito a pesquisar, por exemplo, sobre as motivações diversas e os grupos de participantes destes eventos. E, o mais grave, não se dá a devida importância a outros movimentos semelhantes – como a revolta de Pinto Madeira e Benze-Cacetes, em 1831-1832, no Ceará; a Setembrada e a Novembrada, em 1831, a Abrilada, em 1832, e as Carneiradas, em 1834-1835, todas em Pernambuco; os distúrbios de abril de 1831 e os seis levantes federalistas de 1832-1833, em Salvador; a revolta do Ano da Fumaça, em 1833, em Ouro Preto; a Rebelião Cuiabana, em 1834, no Mato Grosso; e a série de oito movimentos de protesto na Corte, entre 1831 e 1833 –, que, não obstante suas menores dimensões, ocorreram em número muito maior, em regiões mais diversas e, no conjunto, causaram um impacto quase tão profundo quanto o daquelas grandes revoltas<sup>13</sup>.

Ainda mais desconhecidas, a despeito do papel que tiveram na mobilização dos mais diversos segmentos sociais, na afirmação dos valores nacionais e na legitimação do poder monárquico, são as festividades cívicas regenciais. O pouco que se sabe a respeito deve-se basicamente aos trabalhos de Hendrik Kraay (em andamento), que analisa as manifestações cívicas na Bahia pós-Independência, sublinhando os rituais peculiares – nem sempre de acordo com as expectativas oficiais, mas expressando lealdade ao Estado – introduzidos pela intensa participação popular; e de Carla Chamon sobre as festas cívicas de Minas Gerais, realizadas em 1815 (por conta da criação da fábrica de ferro do Morro do Pilar, no arraial do Tejuco), em 1831

---

1808-1842). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes - Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural - Divisão de Editoração, 1993 (2ª ed.); SILVA, Wlamir José da, “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 2002; MOREL, Marco, *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001; IDEM, *La formation de l'espace publique moderne a Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilité*. Tese de Doutorado. 2 vs. Paris: U.F.R. d'Histoire - Université de Paris I (Pantheon Sorbonne), 1995; e RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002.

<sup>12</sup> Exemplos de exceção (para só citar uma obra para cada revolta) são DI PAOLO, Pasquale, *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985; DIAS, Claudete Maria Miranda, *Balaio e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; SOUZA, Paulo César, *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987; LEITMAN, Spencer, *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FREITAS, Décio, *Os guerrilheiros do imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e, sobretudo, REIS, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>13</sup> Apenas Pernambuco reúne maior número de estudos: ANDRADE, Manuel Correia de, *Movimentos nativistas em Pernambuco...*, ob. cit.; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz, *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1996; e CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de, *Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. Urbana: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1989, sobretudo capítulos 5 e 6; Para os demais casos estudados, ver MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa, *Ideologia e conflito no Nordeste rural (Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976; SILVA, Wlamir José da, “*Liberais e povo*”..., ob. cit., capítulo 7; CORRÊA, Valmir Batista, *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000, parte II; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos, *Anarquistas...* ob. cit., capítulos VI e VII; e IDEM, *Ezequiel Corrêa dos Santos...*, ob. cit., terceiro capítulo.

(celebrando a abdicação de Pedro I) e em 1845 (comemorando o fim da Farroupilha)<sup>14</sup>.

Além da produção historiográfica relativa à Regência, cumpre assinalar outras referências fundamentais para este trabalho. É o caso das análises de José Murilo de Carvalho sobre as especificidades do processo de desenvolvimento das práticas de cidadania no Brasil, onde, ao contrário do modelo inglês descrito por Marshall, os direitos políticos precederam os civis; onde, a herança colonial do analfabetismo, da escravidão, do latifúndio, do mandonismo local, do comprometimento do Estado com interesses privados e da falta de tradição de movimentos cívicos de massa limitou o exercício pleno desses direitos, não se disseminando um sentimento autêntico de identidade nacional até pelo menos a Guerra do Paraguai (prevalecia antes uma percepção regional de pátria e patriotismo); e onde, apesar desses entraves e do predomínio de um tipo de cidadania estado-cêntrica, produzida por iniciativa do Estado, abriram-se canais para as práticas de cidadania construídas de baixo para cima (imprensa, associações, manifestações coletivas de protesto)<sup>15</sup>. Outro trabalho a salientar é o de Ilmar Mattos sobre a implantação da hegemonia *saquarema*, processo que remonta ao período regencial, quando os *regressistas* lograram submeter os liberais (*moderados, exaltados e progressistas*) ao princípio da *ordem* que sustentavam, associando a *liberdade* à segurança, à Monarquia constitucional e à manutenção da integridade territorial, promovendo, para isso, a recuperação do prestígio da Coroa e o fortalecimento do Executivo<sup>16</sup>. Há também o livro de Lúcia Bastos Neves, acerca da cultura política luso-brasileira na época da Independência, no qual a autora investiga a composição das elites política e intelectual, os espaços de sociabilidade, a proliferação de jornais e panfletos, os diferentes projetos políticos, o novo vocabulário político, o potencial de leitura da população e a circulação oral das idéias, apresentando um amplo painel do processo de gestação de uma incipiente esfera pública no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. Assinale-se ainda a obra de Iara Lis Souza, que aborda os discursos, as práticas políticas e as representações simbólicas referentes ao poder

---

<sup>14</sup> KRAAY, Hendrik, “Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850), in *Topoi: revista de História*, nº 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2001; IDEM, “Between Brazil and Bahia: celebrating Dois de Julho in nineteenth-century Salvador”, in *Journal of Latin American Studies*, nº 31. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; e CHAMON, Carla Simone, *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, principalmente capítulo 3.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, capítulo I; IDEM, “Cidadania: tipos e percursos”, in *Estudos históricos*, v. 9 - nº 18 – *justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1996. As formas de ação política popular na Primeira República constituem o tema de outro importante livro do autor, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (3ª ed.), no qual se observa que tais ações não se encaixavam nos paradigmas de cidadania liberal, positivista, anarquista e republicano radical, variando da indiferença em face dos meios institucionais de participação (eleições) à oposição violenta às tentativas do governo de interferir nos valores e modos de vida tradicionais da população (Revolta da Vacina), passando pela composição clientelística em busca de empregos e favores (*estadania*), e pelos canais informais de sociabilidade comunitária (festas religiosas, carnaval, associações de auxílio mútuo, irmandades).

<sup>16</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema...*, ob. cit., especialmente pp. 133-154.

<sup>17</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

monárquico no Brasil e, em particular, à construção da imagem pública de dom Pedro I, destacando o papel pedagógico das festas cívicas da realeza na configuração de uma liturgia política que valorizava o espaço público como forma de afirmação do poder real, da pessoa do imperador, do novo pacto social e de uma determinada noção de ordem<sup>18</sup>.

Apesar dos avanços recentes, o período regencial ainda é um dos menos estudados da história do Brasil independente, a despeito de sua singularidade e riqueza em termos, sobretudo, de organização, discussão e participação políticas. Ao contrário do que pensa Rollie Poppino, mesmo hoje não sabemos muito dessa história e tampouco é impressionante a extensão da bibliografia existente<sup>19</sup>. Há amplo espaço aberto a pesquisas, tanto no que diz respeito à Corte, quanto às distintas realidades provinciais. Propõe-se aqui preencher algumas destas lacunas, enfocando temas e questões ainda não tratados ou suficientemente explorados pela historiografia.

O objeto central deste trabalho são os grupos políticos, seus respectivos projetos e os mecanismos de ação política na Corte do Rio de Janeiro, durante o período regencial (mais precisamente, até o término da Regência Feijó e a ascensão do *Regresso conservador*, em setembro de 1837). Trata-se, portanto, de investigar e analisar, em primeiro lugar, a composição social e a trajetória política dos principais integrantes da elite intelectual das três facções concorrentes: *liberais moderados*, *liberais exaltados* e *caramurus*<sup>20</sup>; em segundo, as diferentes concepções, propostas e linguagens políticas que configuravam o que, *grosso modo*, se pode chamar de *projetos* de nação produzidos por cada grupo; e, em terceiro lugar, os espaços informais de sociabilidade e participação políticas por estes privilegiados nesta dinâmica, como a imprensa, as associações, os movimentos de protesto e as manifestações cívicas.

Tal processo tem como pano de fundo uma cultura política liberal multifacetada, que convivia com resíduos arcaicos do Absolutismo, e o emergente espaço público por ela valorizado como instância de participação, onde se desenvolviam uma embrionária, porém ativa, opinião

---

<sup>18</sup> SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999, principalmente capítulos 4, 5 e 7.

<sup>19</sup> POPPINO, Rollie E., “A Regência e a história do Brasil: um desafio aos historiadores”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 307. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1976, p. 146. É no mínimo curiosa a afirmação de que “*seria difícil aperfeiçoar muito nossos conhecimentos de vários aspectos da história do período regencial. Por exemplo, o que resta saber do papel político da imprensa da Corte daquela época? Da vida e as atividades públicas das principais figuras da política nacional? Das atividades políticas das lojas maçônicas? [...] Temos à mão muitas histórias pormenorizadas, que esboçam os contornos políticos das revoluções e sublevações provincianas*” (p. 147).

<sup>20</sup> Ao iniciar a pesquisa, tinha intenção de verificar até que ponto estas denominações correspondiam realmente às divisões políticas existentes durante a fase das regências trinas. Pude constatar então que não eram meros rótulos, dados pelos adversários, sob os quais se agrupavam pessoas, associações, jornais e idéias desconexas; designavam de fato facções bem definidas que, embora heterogêneas, compartilhavam, em geral, idéias em comum. Obviamente, não estavam formalmente estruturadas e organizadas como os partidos modernos (fenômeno que mesmo em outros países só acontece a partir da segunda metade do século XIX), mas possuíam, sem dúvida, identidade própria. Esta era dada tanto pelo pertencimento às redes de sociabilidade, como também pela existência de projetos específicos. Projetos estes que, da mesma forma, não tinham a formalização e a sistematização dos atuais, mas eram definidos e reconhecidos pelos princípios e propostas peculiares comungados por cada grupo.

pública e práticas informais de cidadania. É quando a política escapa da tradicional esfera dos círculos palacianos e mesmo das instituições representativas, e, em dimensões até então inéditas, invade o espaço público fluminense, embalada por discursos liberais que apelavam para o povo soberano ou falavam como seus intérpretes. Apesar dos entraves estruturais ao desenvolvimento da cidadania no Brasil, atores sociais que até então estavam à margem do processo participativo entram vigorosamente em cena, oriundos não só das camadas médias urbanas – base das novas facções e sociedades políticas –, como também dos estratos de baixa condição social (inclusive escravos), presentes nas festividades cívicas e, especialmente, nos oito movimentos de protesto sucedidos até 1833. Assiste-se a uma politização das ruas, impulsionada, sobretudo, pelo avanço sem precedentes da imprensa<sup>21</sup> – chegando até, em uma cultura marcada pela oralidade, às camadas iletradas da população –, aliado a um forte surto associativo<sup>22</sup>. A partir de 1835, no entanto, observa-se uma progressiva retração da esfera pública, reduzindo-se o número de jornais, sociedades e movimentos de rua, culminando, em 1837, com a rearticulação das forças políticas operada pelo *Regresso*, que sepultou *moderados*, *exaltados* e *caramurus*.

O que teria, então, se passado ao longo dessa inusitada *experiência republicana*? O que teria possibilitado primeiramente o desenvolvimento, ainda que incipiente, desse espaço público na Corte, a emergência de propostas tão distintas e, por vezes, radicais na agenda política e a entrada em cena formal ou informal na política de diversas camadas sociais até então excluídas de participação ativa; e, posteriormente, o que teria levado ao esvaziamento e à retração de todo esse processo, só retomado, em parte, a partir de meados da década de 1860? Esta é uma das questões centrais aqui colocadas. Minha hipótese é a de que o principal fator para tanto foi, por um lado, o racha profundo observado no interior da elite política em fins do Primeiro Reinado e durante a fase das regências trinas e, por outro, a recomposição das forças políticas a partir da vitória do *Regresso* conservador e, sobretudo, da subida ao Trono de dom Pedro II. Neste sentido, se a aguda crise gerada pela polarização em face da oposição a Pedro I e depois à Regência *moderada* levou ao transbordamento da política para as ruas, abrindo espaço para que diferentes grupos sociais manifestassem, de formas diversas, suas aspirações, o novo pacto político em torno das bandeiras do *Regresso* ensejou – com o precioso auxílio, a partir de 1840,

---

<sup>21</sup> Segundo Marcello e Cybelle Ipanema, enquanto em 1830 circulavam na Corte cinquenta e dois jornais (o máximo chegado até então), este montante mais que duplica em 1831 – cento e catorze –, mantendo-se o mesmo número em 1832 e subindo para cento e cinquenta e sete em 1833, quando então cai para oitenta e um em 1834, prosseguindo o decréscimo nos anos seguintes da Regência. IPANEMA, Marcello, e IPANEMA, Cybelle, “Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 307. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1976, p. 94. Entre 1831 e 1833 havia pelo menos catorze tipografias na cidade, o dobro das existentes em 1829. Cf. HALLEWELL, Laurence, *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz / EDUSP, 1985, p. 47.

<sup>22</sup> De acordo com Moreira de Azevedo, foram criadas mais de cem associações públicas em todo o Império somente em 1831. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de, “Sociedades fundadas no Brasil...”, ob. cit., pp. 294-321.

de toda a mística que envolvia a figura do monarca – a redução da margem de conflitos no interior de uma elite cada vez mais temerosa diante da experiência *anárquica* dos últimos anos, permitindo o silenciamento ou cooptação das facções radicais que alimentavam as manifestações políticas mais exaltadas e, logo, a repressão com êxito aos movimentos de protesto na Corte<sup>23</sup>.

Cabe assinalar alguns referenciais teóricos e conceitos operatórios subjacentes a este trabalho<sup>24</sup>. Um deles diz respeito à concepção de *cidadania*, entendida, a princípio e em sentido genérico, como a forma pela qual as pessoas se relacionam com o Estado, tendo como elementos primordiais as idéias concernentes aos direitos pretendidos ou adquiridos, o exercício dessas prerrogativas, com a participação direta ou indireta na vida pública, e todo o conjunto de sentimentos e valores tendente a expressar ou forjar uma identidade nacional. Ponto de partida de qualquer análise teórica ou empírica sobre a questão, a obra de T. H. Marshall sobre o desenvolvimento dos direitos de cidadania na Inglaterra suscitou um longo e intenso debate, levando, entre outros questionamentos, à contestação de sua visão demasiadamente centrada no Estado, negligenciando as lutas e os movimentos sociais por conquista e ampliação de direitos<sup>25</sup>. Um dos desdobramentos da polêmica está na compreensão de que há vários tipos de cidadania, assim como percursos diferenciados seguidos por países com trajetórias históricas distintas<sup>26</sup>.

Nesta perspectiva, Bryan Turner teceu uma tipologia dos processos de desenvolvimento da cidadania, considerando dois critérios analíticos. O primeiro é o sentido do movimento que constitui o principal vetor de construção da cidadania: de baixo para cima, quando a conquista dos direitos é resultado das lutas sociais, revolucionárias ou pacíficas (cidadania ativa); e de cima para baixo, quando os direitos são concedidos por iniciativa do Estado, seja este autoritário ou democrático (cidadania passiva). O segundo é o espaço central onde se processa a cidadania: público, mediante ações políticas revolucionárias, que levam à conquista do Estado; e privado,

---

<sup>23</sup> Nas províncias demoraria mais tempo até que a nova ordem política fosse efetivada. O Ato Adicional de 1834, ao promover o fortalecimento dos poderes regionais, deu novo fôlego à antiga luta por autonomia, permitindo que grupos radicais explorassem os interesses conflitantes e os tradicionais ressentimentos em relação ao governo central, para se colocar à frente das grandes revoltas provinciais que viriam, afinal, minar o predomínio *moderado*. Somente a partir da direção consolidada pelo Gabinete *saquarema* de 1848 e da política de conciliação levada a cabo pelo marquês do Paraná em 1855 (garantindo a participação, sobretudo, das oligarquias das chamadas províncias do Norte no governo central), é que seria assegurada em todo o Império a integridade nacional.

<sup>24</sup> As questões levantadas a seguir encontram-se mais bem desenvolvidas no projeto (de mesmo título) do presente trabalho, produzido em dezembro de 2001, pp. 29-46.

<sup>25</sup> MARSHALL, T. H., *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, capítulo III. Um balanço dessas críticas encontra-se em REIS, Elisa Pereira, *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, pp. 33-35.

<sup>26</sup> Exemplos de trabalhos nesta linha, com abordagens diversas, são os de BENDIX, Reinhard, *Nation-building and citizenship: studies of our changing social order*. New Brunswick / Londres: Transaction Publishers, 1996, sobretudo partes um e dois, que enfoca os diferentes processos de construção da cidadania na Europa Ocidental, Rússia, Alemanha, Japão e Índia, tendo os padrões de autoridade weberianos como fio condutor de análise; e MANN, Michael, “Ruling class strategies and citizenship”, in TURNER, Bryan S., e HAMILTON, Peter (org.), *Citizenship: critical concepts*, v. I. Londres / Nova York: Routledge, 1994, que analisa o desenvolvimento da cidadania nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha, Escandinávia, Alemanha, Áustria, Rússia e Japão, encarando-a, em uma perspectiva marxista, como uma estratégia da classe dominante, associada ao Estado.



quando ocorre a afirmação pacífica dos direitos individuais, sobretudo mediante o engajamento em associações voluntárias. A combinação destas duas dimensões levou à formulação de quatro tipos ou modelos de desenvolvimento da cidadania: a conquistada de baixo para cima, no interior do espaço público, como teria sido a experiência histórica francesa; a construída de baixo para cima, dentro do espaço privado, como na trajetória estadunidense; a obtida de cima para baixo, no interior do espaço público, que corresponderia ao processo inglês; e a cidadania estabelecida de cima para baixo, dentro do espaço privado, como no caso alemão<sup>27</sup>. Claro que não se pretende aqui enquadrar o Império brasileiro em um desses modelos, concebidos a partir de realidades históricas bem distintas; mas apenas reter a idéia de *cidadania construída de baixo para cima*, mediante a participação ativa nas instâncias informais de ação política. Também não quero dizer que este tenha sido o meio primordial de construção da cidadania no Brasil, e sim assinalar que, particularmente no período regencial, tal via foi um eixo importante desse processo.

Neste sentido, é útil recorrer ao conceito de *esfera pública*, definida por Jürgen Habermas como a “*esfera das pessoas privadas reunidas em um público*”, com o propósito de discutir com a autoridade pública “*as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social*”<sup>28</sup>. Em outras palavras, trata-se de um espaço informal de sociabilidade política e literária, fundado na utilização pública da razão, que se constitui como mediador entre a sociedade civil e o Estado<sup>29</sup>, e no qual os indivíduos – a chamada opinião pública, fonte legítima do governo e das leis – interagem, expressam suas opiniões e manifestam seus interesses. Malgrado os problemas existentes no modelo de Habermas<sup>30</sup>, bem como as limitações próprias do caso em questão (decorrentes da presença da escravidão, do analfabetismo elevado, das práticas repressivas contra as liberdades de expressão e de manifestação), o conceito de esfera pública me parece adequado

---

<sup>27</sup> TURNER, Bryan S. “Outline of a theory of citizenship”, in TURNER, Bryan S., e HAMILTON, Peter (org.), *Citizenship: Critical concepts*, v. I. Londres / Nova York: Routledge, 1994, sobretudo pp. 209-210 e 215-218.

<sup>28</sup> HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42.

<sup>29</sup> Cumpre não confundir *esfera pública* e *sociedade civil*, na medida em que a primeira compreende apenas os mecanismos *informais* de participação (imprensa, associações, academias literárias, salões, cafés, petições, atos de protesto), não abrangendo, portanto, como a segunda, as arenas *institucionais* de ação pública (parlamento, partidos políticos, voto, acesso à Justiça). Ver sobre esta, ARATO, Andrew, “Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas”, in *Revista brasileira de Ciências Sociais*, nº 27. Rio de Janeiro: ANPOCS, fevereiro de 1995, sobretudo p. 19; e COSTA, Sérgio, “Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas biográficas sobre o conceito de sociedade civil”, in *BIB - Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 43. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1º semestre de 1997, pp. 8-9 e 11-12.

<sup>30</sup> Como a homogeneidade social e cultural imputada à esfera pública; o negligenciamento dos mecanismos de violência nela presentes, da intervenção do Estado e dos movimentos sociais; a dicotomia absoluta entre público e privado; e a desvalorização da cultura oral e da participação das camadas iletradas. Cf. CALHOUN, Craig (org.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge / Massachusetts / Londres: Massachusetts Institute of Technology, 1996 (4ª ed.), obra que reúne artigos avaliando a validade e operacionalidade deste conceito em contextos diversos. Para o caso latino-americano, ver GUERRA, François-Xavier (org.), *Los espacios públicos en iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

para se pensar o processo de desenvolvimento da imprensa, das associações e das manifestações de rua, e todo o movimento de politização observados ao longo do período focado.

Outro conceito que convém precisar é o de *cultura política*, entendida aqui, nos termos de Giacomo Sani, como as “*práticas e instituições políticas existentes, como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinados contextos*”; ou, ainda, “*o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos*”. Além disso, fazem parte da cultura política conhecimentos, doutrinas, linguagens e símbolos relativos ao político e difundidos pela sociedade. Sani também salienta a heterogeneidade da cultura política, indicando a coexistência e a circulação de normas, atitudes, valores e correntes de pensamento distintos, quando não antagônicos e concorrentes, que definem um conjunto de várias “*subculturas*”, ligadas, contudo, a uma matriz cultural comum<sup>31</sup>.

As fontes primárias de pesquisa são integradas por sete principais corpos documentais: periódicos, panfletos e ensaios políticos, e papéis relativos à imprensa (processos judiciais, material administrativo); documentos impressos e manuscritos concernentes às associações políticas (estatutos, atas de sessões, ofícios, requerimentos, manifestos); documentação impressa e manuscrita relativa aos movimentos de protesto (processos criminais, relatórios, proclamações, ofícios, relatos); documentos referentes às festividades cívicas (requerimentos, prestações de contas, descrições na imprensa); fontes do Legislativo nacional e municipal (anais da Câmara dos Deputados, editais e comunicados da Câmara Municipal); dados biográficos (Coleção Documentos Biográficos, dicionários, memórias, almanaques, inventários *post-mortem*); e, por fim, obras de filosofia política e de viajantes estrangeiros. A documentação encontra-se espalhada pelos acervos do Arquivo Nacional, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Histórico do Itamaraty e, sobretudo, da Biblioteca Nacional (divisões de Obras Gerais, Periódicos e, principalmente, Manuscritos e Obras Raras).

Falar de facções, projetos e ação política na Regência implica, antes de tudo, em abordar a imprensa, que era o principal veículo de atuação e propaganda política no espaço público; além disso, fornece informações preciosas sobre as atividades das associações, do Parlamento, e das manifestações cívicas e contestatórias. Qualquer análise primária de periódicos e panfletos deve estar atenta a questões básicas como: quem elabora o discurso, que grupo representa, a quem é dirigida a mensagem, de que forma é transmitida, qual seu teor, com qual finalidade é difundida, em que circunstâncias, que tipo de princípios e idéias a expressam; enfim, qual a realidade social que a compõe e o que se pretende construir e inculcar. Mas, para além dos domínios

---

<sup>31</sup> SANI, Giacomo, “Cultura política”, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (org.), *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997 (10ª ed.), pp. 306-308.

extratextuais, é necessário também analisar os níveis internos do texto, o discurso utilizado<sup>32</sup>.

A ação doutrinária da imprensa, no contexto de penetração dos valores da cultura política moderna na Corte, é marcada pelo desenvolvimento de uma nova linguagem e vocabulário políticos, fundamentados em princípios liberais de matizes distintas. Convém considerar, assim, as propostas de trabalho de John Pocock e Quentin Skinner<sup>33</sup>. Ambos dedicaram-se ao estudo do pensamento político europeu moderno, propondo, como procedimento metodológico, a análise da linguagem e do vocabulário políticos definidores das matrizes sócio-intelectuais e dos fundamentos ideológicos dos textos de natureza política ou filosófica. Segundo eles, a linguagem normativa disponível – construída sócio-culturalmente, manifesta por meio do discurso e expressa em termos de um vocabulário próprio – é elemento fundamental no estabelecimento, na definição e na resolução das principais questões problematizadas em dada época, contribuindo para determinar os parâmetros das discussões; também fornecem um elenco de possibilidades de escolha para aqueles que pretendem expressar e legitimar suas idéias e condutas (ou contestar e denegrir as de outrem), afigurando-se como um dos fatores determinantes das ações praticadas pelos agentes envolvidos no debate político. Texto e contexto articulam-se, assim, de maneira estreitamente interligada, mas não redutíveis um ao outro, definindo-se a linguagem como produto e como agente da história (sem recair nas posições radicais introduzidas pela chamada “virada lingüística”, na esteira da crítica literária, que tudo reduzem à linguagem ou ao texto<sup>34</sup>).

As reflexões de Pocock e Skinner abrem uma perspectiva metodológica ampla e fecunda no campo teórico do cruzamento da História Política com a História Intelectual<sup>35</sup>. Mas podem ser complementadas pela *história social da linguagem*, proposta por Peter Burke. Enquanto os primeiros prendem-se mais aos fundamentos conceituais do vocabulário político, Burke enfatiza o caráter social e conflituoso da linguagem, atentando para a utilização de linguagens diferentes

<sup>32</sup> Cf FERNANDEZ, Celso Almuiña, “La prensa escrita, como documento histórico”, in *Haciendo historia: homenaje al prof. Carlos Seco*. Madrid: Ed. Univ. Comp. Madrid, 1989; IDEM, “Prensa y opinión pública: la prensa como fuente histórica para el estudio de la Masonería”, in *Masonería, política y sociedad*, t. I. Zaragoza: 1989.

<sup>33</sup> SKINNER, Quentin, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; POCOCK, John Greville Agard, “The concept of a language and the *métier d'historien*: some considerations on practice”, in PAGDEN, Anthony R. (org.), *The languages of political theory in early-modern Europe*. Cambridge / Nova York / Melbourne: Cambridge University Press, 1990; e IDEM, *Politics, language and time: essays on political thought and history*. Chicago / Londres: The University of Chicago Press, 1989, capítulo 1.

<sup>34</sup> Sobre a presença e o peso atuais da “virada lingüística” no campo da História Intelectual, ver KELLEY, Donald R., “Horizons of Intellectual History: retrospect, circumspect, prospect”, in KELLEY, Donald R. (org.), *The History of Ideas: canon and variations*. Rochester: University of Rochester Press, 1990, pp. 321-328; e também, na perspectiva mais ampla da crítica literária e sua penetração recente no campo da História, cf. KRAMER, Lloyd S., “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”, in HUNT, Lynn (org.), *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, sobretudo pp. 145-158.

<sup>35</sup> Aproximam-se particularmente, como reconhece Rosanvallon, da *história conceitual do político*, dedicada à análise conceitual dos elementos que compõem uma cultura política – jornais, folhetos, discursos de circunstância, opinião pública, obras teóricas e literárias, emblemas e signos –, remetendo-se à história tanto dos acontecimentos, como das palavras e da evolução da língua. Vide ROSANVALLON, Pierre, “Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho)”, in *Revista brasileira de História*, v. 15 - nº 30 – *Historiografia: propostas e práticas*. São Paulo: A.N.P.U.H. / Contexto, 1995.

por grupos sociais distintos e para o emprego de linguagens distintas, pelo mesmo indivíduo, em situações diferentes; a língua é, então, expressão da sociedade ou cultura, ao mesmo tempo que força social ativa e instrumento de poder, que molda a sociedade<sup>36</sup>.

Assim, importa analisar os elementos constitutivos do discurso político dos jornais, identificando os termos definidores do vocabulário difundido e as idéias que defendiam, bem como detectar as semelhanças e diferenças entre as linguagens próprias das diversas facções. Para tanto, além das matérias gerais, são de especial importância os editoriais (onde aparece mais claramente a opinião dos redatores) e, em alguns casos, o que se poderia chamar de uma espécie de *dicionário cívico doutrinário*, contendo a definição de diversos termos políticos. As cartas dos leitores – enquanto um *espaço possível de cidadania* – merecem também atenção, já que são bons indícios da difusão do vocabulário político junto a uma parcela da sociedade letrada<sup>37</sup>.

Além disso, a análise dos jornais deve contemplar os aspectos mais formais do discurso: o estilo retórico. Autores como Chaïm Perelman, Lucie Olbrechts-Tyteca e Olivier Reboul, ressaltando a forte presença de componentes retóricos nos discursos políticos, jornalísticos, publicitários, filosóficos e jurídicos, defendem a importância do estudo desses elementos para a compreensão dos textos, de seus parâmetros discursivos e dos efeitos pretendidos pelos autores. Se a retórica é a “*lógica dos juízos de valor*”, ou a “*teoria da argumentação*” que estuda as “*técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos*”<sup>38</sup>; ou, ainda, se é a “*arte de persuadir pelo discurso*”<sup>39</sup>, seu objetivo precípua é persuadir certo *auditório* (o público, leitor ou ouvinte) a aderir aos postulados defendidos pelo *orador* (o sujeito emissor do discurso escrito ou falado). A valorização do *auditório*, em função do qual o *orador* desenvolve sua argumentação e estilo, adaptados às peculiaridades do público-alvo, é a contribuição maior daqueles autores para o estudo da retórica. Esta passa a abranger não só a linguagem e o texto, mas também o autor e o público, abrindo caminho para o estudo da difusão e recepção das idéias.

Os jornais da Regência eram veículos retóricos por excelência. Seus redatores utilizavam toda gama de recursos oferecidos pela retórica – que era disciplina obrigatória nas escolas e faculdades do Império (e também na Universidade de Coimbra, principal centro formador da elite política e intelectual brasileira da primeira metade do século XIX) – para efetuar sua

---

<sup>36</sup> BURKE, Peter, *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, capítulo 1 – sobretudo pp. 18-47 (citação à p. 41); ver também a respeito os artigos encontrados em BURKE, Peter, e PORTER, Roy (org.), *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

<sup>37</sup> Para uma metodologia de análise da seção de correspondência dos jornais, ver BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos, “Jornais e cidade; a queixa do povo”, in SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.), *História e imagem*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>38</sup> PERELMAN, Chaïm, *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, capítulo I da segunda parte (escrito em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca) - p. 83; e PERELMAN, Chaïm, e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, *Tratado da argumentação: a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 4, respectivamente.

<sup>39</sup> REBOUL, Olivier, *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. XIV.

pedagogia política, conquistar um espaço maior de aceitação e influência junto à opinião pública e, assim, viabilizar suas idéias. Partindo da premissa de que a cultura brasileira foi por longo tempo marcada por uma tradição retórica, José Murilo de Carvalho sugere o emprego da retórica como “*chave de leitura*” para análise dos jornais e folhetos políticos oitocentistas, apontando o argumento *ad hominem* (os ataques pessoais, visando desqualificar os opositores) e o argumento de autoridade (a citação de autores prestigiados, em geral estrangeiros, como estratégia de legitimação das idéias) como duas das principais técnicas de persuasão utilizadas nesses textos<sup>40</sup>.

Assim, a análise do discurso dos jornais e panfletos irá se deter não apenas sobre o seu ideário propriamente (o projeto político), como também sobre os fundamentos conceituais (os termos do vocabulário político) e o estilo retórico (técnicas de argumentação) de sua linguagem. Foram pesquisados cinquenta e seis jornais, representativos das correntes políticas atuantes na Corte durante o período enfocado, e, inclusive, das associações políticas que lançaram mão deste recurso, sem esquecer também os de cunho informativo<sup>41</sup>. Tais jornais, possuíam, em geral, de quatro a oito páginas, circulando de duas a três vezes por semana (apenas o *Jornal do Commercio* e o *Diario do Rio de Janeiro* eram diários). À exceção destes dois, cuja pesquisa foi feita por amostragem – aleatória e de acordo com momentos-chave da época (como distúrbios e manifestações de rua, episódios políticos importantes e debates acerca de questões polêmicas) –, os demais jornais tiveram analisados todos os números publicados durante o período. Também foram investigados cento e seis panfletos sobre os diversos assuntos abordados.

Jornais e folhetos contribuíram também para a análise das revoltas, amplamente debatidas na imprensa e objeto de intensas polêmicas. Assim, foi dada especial atenção à posição e ao envolvimento de periódicos de tendências distintas em relação a esses movimentos, observando-se as diferentes versões produzidas. Além do relato feito pelos publicistas, os jornais apresentam testemunhos valiosos e heterogêneos sobre tais eventos, como ofícios, proclamações e relatórios de várias autoridades, manifestos e representações coletivas, e correspondências de leitores que tiveram neles alguma participação, foram testemunhas ou apenas opinaram a respeito. De grande valia para o estudo das revoltas são também os processos criminais e os ofícios, relatórios e notícias emitidos por diversas autoridades policiais, judiciárias e governamentais.

As fontes selecionadas sobre esses movimentos conjugam, assim, três tipos de visão: a que se poderia chamar de oficial, manifesta na documentação produzida por instituições policiais

---

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo de, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, in: *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000, especialmente pp. 136-147.

<sup>41</sup> A seleção dos jornais foi feita a partir do *Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Departamento Nacional do Livro, 1994, pp. 227-304; e do *Catálogo de jornais brasileiros: 1808-1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979, bem como das obras citadas sobre a imprensa brasileira no período, em especial, VIANNA, Helio, *ob. cit.*, sobretudo pp. 133-355 e 503-595; SODRÉ, Nelson Werneck, *ob. cit.*, pp. 130-157 e 179-200; e FÜRSTENAU, Vera Maria, *ob. cit.*, capítulo 1.

e judiciárias, e por autoridades executivas (relatórios, ofícios, proclamações e decretos); a dos grupos políticos, expressa nos relatos feitos pela imprensa, nas representações das associações e nos debates travados na Câmara dos Deputados; e, em especial, a de uma parcela dos indivíduos anônimos que tiveram participação nos distúrbios (seja de que lado fosse), conforme se verifica nos manifestos, representações e cartas publicadas na imprensa. Assim, é possível ir além dos registros produzidos por órgãos e agentes de repressão, com todos os problemas metodológicos que encerram (tendência a superdimensionar o perigo, a distorcer as ações dos manifestantes e a reduzir suas idéias e anseios a mero ato de subversão), e ouvir as vozes de outros interlocutores, especialmente daqueles que tiveram algum tipo de envolvimento nas manifestações, superando, então, parte dos problemas comumente encontrados na chamada *história vista de baixo*<sup>42</sup>.

A análise das revoltas, portanto, tem como guia as sugestões metodológicas de George Rudé em seu estudo sobre a *multidão pré-industrial*<sup>43</sup>. Buscou-se verificar as dimensões dos movimentos, suas formas de ação, quem foram os promotores e líderes, qual a composição social dos participantes, quem foram as vítimas ou alvos, quais foram os objetivos e as motivações, quais idéias ou “*crenças generalizadas*” fundamentavam a ação, qual a eficácia das forças de repressão, e quais as conseqüências e o significado histórico das manifestações em seu conjunto.

A tese é composta por catorze capítulos, distribuídos em três partes; estas dedicadas a cada um dos grupos em tela, aqueles à análise das respectivas elites intelectuais, seus projetos e espaços privilegiados de ação política. Assim, a primeira parte trata dos *liberais moderados*, enfocando o perfil prosopográfico<sup>44</sup> dos publicistas (capítulo I), suas idéias e propostas na imprensa (capítulo II), a atuação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (capítulo III) e as festividades cívicas de 25 de março, 7 de abril, 7 de setembro e 2 de dezembro (capítulo IV). A segunda parte aborda a trajetória dos *liberais exaltados* – a composição sócio-profissional de seus publicistas (capítulo V), o projeto veiculado na imprensa (capítulos VI e VII), a Sociedade Federal Fluminense (capítulo VIII) e as revoltas de 12 a 20 de julho, 28 e 29 de setembro, 6 e 7 de outubro de 1831 e 3 de abril de 1832 (capítulos IX e X). A terceira parte, enfim, acompanha os *caramurus* nas mesmas arenas políticas: imprensa (capítulo XI), Sociedade Conservadora da Constituição e Sociedade Militar (capítulo XII) e distúrbios de 17 de abril, 12 e 25 de setembro de 1832 e dezembro de 1833 (capítulos XIII e XIV).

---

<sup>42</sup> Cf. SHARPE, Jim, “A história vista de baixo”, in BURKE, Peter (org.), *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1994 (2ª ed.), sobretudo pp. 42-58; e HOBSBAWM, Eric J., “A Outra História – algumas reflexões”, in KRANTZ, Frederick (org.), *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, em especial pp. 20-30.

<sup>43</sup> RUDÉ, George, *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, pp. 9-10. Do mesmo autor, também é útil, como guia de análise para as revoltas, a obra *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

<sup>44</sup> Sobre o método prosopográfico, cf. ANDREAU, J. “Prosopografia”, in BURGUIÈRE, André (org.), *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 624-626.